



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1300/2025
(à MPV 1300/2025)

Altere-se o art. 4º da Medida Provisória 1.300/2025, acrescentando o seguinte dispositivo:

“Art. 4º A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

“Art. 3º O poder concedente homologará a quantidade de energia elétrica ou de reserva de capacidade, na forma de potência ou de flexibilidade, a ser contratada para o atendimento de todas as necessidades do mercado nacional e a relação dos empreendimentos, novos e existentes, que integrarão o processo licitatório, a título de referência.

.....

§ 4º O Poder Executivo realizará a contratação de energia proveniente de empreendimentos hidrelétricos com potência instalada igual ou inferior a 50 MW (cinquenta megawatts), por meio de Leilões de Energia de Reserva com energia associada.

I - Os contratos de que trata o caput terão prazo de suprimento de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos, contados da data de início do fornecimento da energia.

II – O preço-teto a ser adotado para fins de contratação corresponderá a 75% do quociente entre a Receita de Fornecimento de Energia Elétrica nacional (R \$) e o Consumo de Energia Elétrica nacional (MWh), ambos referentes ao exercício



de 2024, atualizado, a partir de 31 de dezembro de 2024 até a data de publicação do respectivo edital, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

III - Deverá ser realizado, no mínimo, 1 (um) leilão de que trata o caput por ano, com o objetivo de contratar, em cada certame, pelo menos 500 MW médios de energia proveniente de empreendimentos hidrelétricos referidas no caput, até que a potência outorgada às usinas hidrelétricas atinja o mesmo montante de potência outorgada às centrais solares fotovoltaicas.

.....”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade estabelecer a obrigatoriedade de contratação de energia proveniente de empreendimentos hidrelétricas com potência instalada igual ou inferior a 50 MW, por meio de Leilões de Energia de Reserva, com critérios claros de periodicidade, volume mínimo contratado e atualização adequada do preço-teto.

A medida se justifica pela reconhecida relevância das usinas hidrelétricas de pequeno porte no contexto do sistema elétrico nacional. Esses empreendimentos oferecem energia firme, com alta confiabilidade e previsibilidade, características essenciais para a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN), especialmente em um cenário de crescimento acelerado da participação de fontes intermitentes, como a solar e a eólica.

Diferentemente dessas fontes, as centrais hidrelétricas apresentam capacidade de modulação da geração e de prestação de serviços ancilares — como regulação de frequência, controle de tensão e suporte à estabilidade da rede —, atributos que se tornam ainda mais estratégicos na transição para uma matriz mais diversificada e renovável.

Além disso, as hidrelétricas de pequeno porte possuem inserção territorial estratégica, promovem desenvolvimento regional com baixo impacto ambiental, geram empregos locais e demandam menor infraestrutura de



escoamento, sendo frequentemente viáveis em regiões com menor densidade energética. Contudo, enfrentam restrições locais naturais — como necessidade de vazões específicas e características geológicas — que limitam sua flexibilidade, tornando sua viabilização altamente dependente de políticas públicas adequadas.

Ao estabelecer a realização anual de leilões com volume mínimo contratado de 500 MW médios, a emenda busca oferecer previsibilidade de mercado, fomentar a retomada de investimentos no segmento e assegurar o aproveitamento de potenciais outorgados que hoje permanecem inexplorados.

Por fim, a equiparação entre a potência contratada dessas usinas hidrelétricas e a outorgada às usinas solares representa um passo importante para a complementariedade entre fontes renováveis, promovendo uma matriz mais equilibrada, resiliente e eficiente do ponto de vista técnico, ambiental e econômico.

Dessa forma, a presente emenda contribui para o fortalecimento da política energética nacional, a diversificação das fontes, a valorização das hidrelétricas de pequeno porte e a construção de um sistema mais seguro, limpo e sustentável.

Adicionalmente, destaca-se que a implantação de empreendimentos hidrelétricos tem elevado potencial de geração de empregos diretos e indiretos em todo o território nacional. Esse tipo de empreendimento mobiliza intensamente a mão de obra local durante as fases de construção, operação e manutenção, contribuindo significativamente para o desenvolvimento socioeconômico regional. Além disso, trata-se de um segmento cuja cadeia de fornecimento de obras civis, eletromecânicas e equipamentos é essencialmente nacional, gerando valor agregado interno, fortalecendo a indústria brasileira e reduzindo a dependência de insumos importados.



Sala da comissão, 26 de maio de 2025.

Deputado Rodrigo de Castro
(UNIÃO - MG)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253187543300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo de Castro

